

RESOLUÇÃO N°087/2025

Dispõe sobre a aprovação de projetos, ações e programas governamentais e não governamentais voltados à proteção integral de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Municipal nº 1.033/1991, e estabelece procedimentos para sua implementação continuada.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Balneário Camboriú, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), na Lei Federal nº 13.019/2014 (que regulamenta parcerias com organizações da sociedade civil) e na Lei Municipal nº 1.033/1991 (que trata de convênios e autorizações municipais),

RESOLVE:

Art. 1º (Objeto)

Esta Resolução estabelece critérios e procedimentos para a aprovação, execução e monitoramento de projetos, ações e programas governamentais e não governamentais destinados à promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º (Formas de Parceria)

As parcerias poderão ser formalizadas por meio de:

I – Termo de Colaboração (nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014);

II – Termo de Fomento;

III – Acordo de Cooperação;

IV – Convênios, quando aplicável.

Art. 3º (Aprovação pelo CMDCA)

1. Todos os projetos, ações e programas, sejam governamentais ou não governamentais, deverão ser aprovados em plenária pelo CMDCA antes de sua implementação.

2. A análise deverá considerar:

- Adequação ao ECA e às políticas públicas municipais;
- Viabilidade técnica e orçamentária;
- Impacto social na infância e adolescência.

Art. 4º (Chamamento Público ou Dispensa)

1. A seleção de organizações para execução de projetos deverá ocorrer preferencialmente por meio de chamamento público, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014.

2. Em casos excepcionais, poderá ser admitida a dispensa de chamamento público, desde que justificada e aprovada pelo CMDCA, nos termos do art. 30 da Lei nº 13.019/2014.

Art. 5º (Continuidade dos Projetos)

Projetos aprovados poderão ter execução continuada, desde que:

- Mantenham conformidade com os objetivos originais;
- Apresentem relatórios periódicos de execução ao CMDCA;
- Passem por reavaliação anual pelo Conselho.

Art. 6º (Fiscalização e Transparência)

O CMDCA fiscalizará a execução dos projetos e garantirá:

- Prestação de contas conforme legislação vigente;
- Divulgação pública dos resultados;
- Participação social no acompanhamento.

Art. 7º (Vigência)

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Camboriú, 18 de agosto de 2025.

JOSIANE HOEPERS

*Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA*